

*Al
B
P
A
A
A*



RELATÓRIO E CONTAS

2024



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature that appears to read 'A. Pinto'.

ÍNDICE

Relatório de Gestão	3
Demonstrações Financeiras	31
Parecer do Conselho Fiscal	78
Certificação Legal das Contas	79

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "Freitas".



RELATÓRIO DE GESTÃO

2024

MENSAGEM DA MESA ADMINISTRATIVA

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Mêda vem, nos termos da legislação em vigor, apresentar à Irmandade as contas relativas ao exercício do ano de 2024, evidenciando a gestão criteriosa e o esforço contínuo na prossecução da missão desta instituição, alicerçada nos princípios da solidariedade, caridade e assistência à comunidade.

O ano de 2024 foi particularmente desafiador, marcado por um contexto económico global e nacional adverso. A nível mundial, a instabilidade geopolítica, a inflação persistente e as dificuldades no comércio internacional agravaram os custos operacionais das instituições sociais. Em Portugal, o setor social foi severamente impactado pelo aumento dos encargos salariais, pelos custos acrescidos com bens essenciais e pelos desafios na captação de recursos financeiros, quer através de apoios estatais, quer por via do mecenato e donativos.

Neste enquadramento, a Santa Casa da Misericórdia de Mêda enfrentou dificuldades acrescidas para garantir a sustentabilidade financeira das suas respostas sociais, assegurando simultaneamente a qualidade dos serviços prestados à comunidade. No entanto, através de uma gestão responsável e orientada para a eficiência, foi possível manter um EBITDA positivo, resultado do rigor na alocação de recursos, da otimização dos processos internos e da aposta na valorização dos profissionais que diariamente servem esta instituição.

Cientes das responsabilidades que nos cabem, reafirmamos o nosso compromisso com a prática das 14 Obras da Misericórdia, continuando a servir os mais vulneráveis e promovendo ações que reflitam os valores que há séculos guiam esta instituição. É nossa missão persistir na ajuda ao próximo, na promoção da dignidade humana e na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

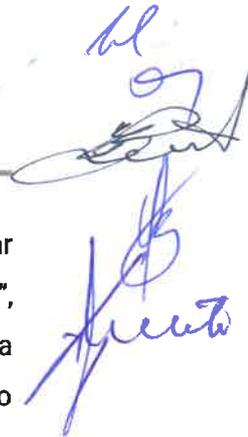
A Santa Casa da Misericórdia de Mêda continuará, em 2025 e nos anos vindouros, a trilhar este caminho, enfrentando os desafios com resiliência e dedicação, sempre em nome do bem comum.

Mêda, 14 de Março 2025

A Mesa Administrativa

Santa Casa da Misericórdia de Mêda





Em cumprimento da Lei e do Contrato Social, a Mesa Administrativa vem ora apresentar o **Relatório de Gestão e as Contas** da “Santa Casa da Misericórdia de Meda”, contribuinte nº 501233296, com sede na Avenida Gago Coutinho e Sacadura Cabral, na Meda. O presente relatório de gestão expressa de forma verdadeira a situação financeira e os resultados da atividade do exercício económico findo em 31 de dezembro de 2024.

ENQUADRAMENTO

A Santa Casa da Misericórdia de Meda, é uma Associação pública de fiéis constituída na ordem jurídica canónica, tem personalidade jurídica civil.

A Santa Casa da Misericórdia de Meda, é uma Associação pública de fiéis constituída na ordem jurídica canónica, tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como instituição particular de solidariedade social inscrita no livro das Irmandades das Misericórdias sob o n.º 60/82 fls. 74 e 74 verso, e surge com o objetivo de satisfazer as carências sociais e praticar atos de culto católico, a sua fundação data de 20 de agosto de 1926. Tem uma história curta, com altos e baixos, como todas as histórias destas instituições, hoje é uma instituição com uma vida ativa e está muito florescente, estendendo a sua atividade a um lar de 3.ª idade, com capacidade de noventa utentes e resposta social de acamados, um Centro de Dia com Apoio Domiciliário e ainda a Atividade de Tempos Livres e sempre vocacionada e pronta a debruçar-se sobre toda e qualquer carência social.

A sua constituição como associação e a aprovação dos primeiros estatutos datam de 29 de abril de 1929. Da primeira comissão nomeada a fim de organizar os estatutos pelos quais passaria a reger-se a Santa Casa da Misericórdia de Meda, fizeram parte o Dr. Artur Augusto Pereira de Faria como presidente; Dr. Luís Maria Tavares de Albuquerque que desempenhou o cargo de vice-presidente; secretário o Pe. Ivon Augusto do Santo Brandão; tesoureiro o Pe. Álvaro Gomes dos Santos e como vogal o Dr. Artur de Jesus Tomé.

Existia a trabalhar em paralelo com a Misericórdia a Casa dos Pobres, à frente da qual se encontrava entre outros o Dr. Augusto César de Carvalho. Os primeiros e únicos



estatutos Casa dos Pobres datam de 22 de setembro de 1949, foram aprovados por despacho de 22/09/1949 do Subsecretário de Estado da Assistência Social, e publicados no Diário do Governo 240/2.^a série de 15/10/1949. Aqui funcionava a sopa dos pobres, albergue para velhos e inválidos e um centro materno-infantil.

Em 1961 por despacho de 22 de março de 1961 do Sr. Ministro da Saúde e Assistência e publicação no Diário do Governo n.º 77 2.^a série de 3 de abril de 1961, dá-se a integração da chamada Casa dos Pobres na Misericórdia, pois na opinião do Sr. Ministro, era completamente descabida a existência de duas Instituições a trabalhar isoladamente.

A 6 de Maio de 1961 foi efetuada por parte da direção da Casa dos Pobres à direção da Santa Casa da Misericórdia a entrega de todos os bens e valores.

Como é do domínio público a determinada altura o Estado, reconhecendo necessidade de se debruçar atentamente sobre a medicina-preventiva, cria, por despacho ministerial, os chamados "Centros de Saúde" que em virtude desta determinação, começam a proliferar por toda a parte, chegando também a vez da vila de Meda.

Por isso a 8 de outubro de 1971, à falta de instalações próprias e por cedência da Mesa, então em funções, instala-se na dita Casa dos Pobres, já então saturada, os serviços do Centro de saúde.

Situação que se manteve, trazendo atritos para a Misericórdia e provocando desentendimentos constantes entre a mesma e os serviços de saúde, até 1 de setembro de 1981, data em que entrou em funções o novo e belo edifício do Centro de Saúde, construído com dinheiros Americanos e sob a orientação do Governo Português.

Através da celebração de protocolos com as diversas entidades regionais procura criar sinergias que potenciem a valorização económica dos recursos da região. Visa, em particular, apoiar a atividade das Instituições Particulares de Solidariedade Social, apoiar atividades de promoção da formação integral dos jovens, nomeadamente através do desporto e do aumento dos níveis de literacia financeira, e apoiar atividades culturais e de investigação científica em áreas com interesse na região.





A Santa Casa da Misericórdia de Meda teve como primeiro Provedor o Dr. Luís Tavares Albuquerque, natural da freguesia da Coriscada deste Concelho de Meda. Aqui exerceu durante muito tempo as funções de notário, sabendo enfrentar com dignidade as primeiras dificuldades, mas procurando inculcar, um certo espírito religioso e caritativo, que sempre presidiu à fundação destas Instituições e esteve patente nos propósitos da rainha D. Leonor, obreira das primeiras Misericórdias, que apareceram em Portugal.

O seu mandato estendeu-se até 11 de março de 1941, seguindo-se no desempenho das mesmas funções, o Dr. Fernando Augusto Alonso, que se manteve à frente dos destinos da Misericórdia até 3 de junho de 1957, sendo substituído, por António Augusto de Carvalho, que estendeu o seu mandato até 4 de fevereiro de 1962, seguiu-se o Sr. Claudino Soares Rebelo, Provedor até 19 de fevereiro de 1967, dando lugar a Adriano da Assunção que esteve à frente da Misericórdia até 29 de Setembro de 1974. Nesta altura desponta no horizonte da vida da Misericórdia, o Padre Urbelino dos Santos Martins Pinto, que com uma visão clara da panorâmica das Misericórdias, soube imprimir um certo dinamismo e calor humano a esta obra que hoje é grandiosa e querida das gentes da Meda, que a acarinham e respeitam como empreendimento mais valioso do Concelho, dedicando-se por inteiro à Instituição até ao dia 21 de março do ano de 1999.

PROVEDORES E LIDERANÇA INSTITUCIONAL

A Santa Casa da Misericórdia de Mêda tem sido liderada por distintas personalidades ao longo da sua existência, destacando-se o contributo dos seguintes Provedores:

- Dr. Luís Tavares Albuquerque (fundador e primeiro Provedor), que liderou a instituição até 1941, garantindo a sua estruturação inicial e promovendo um forte espírito de solidariedade.
- Dr. Fernando Augusto Alonso (1941-1957), que impulsionou a expansão dos serviços sociais.
- António Augusto de Carvalho (1957-1962), cuja gestão se focou na estabilidade financeira da instituição.



- Claudino Soares Rebelo (1962-1967), que reforçou as parcerias institucionais.
- Adriano da Assunção (1967-1974), responsável pela modernização da estrutura da Misericórdia.
- Pe. Urbelino dos Santos Martins Pinto (1974-1999), cujo legado se traduziu na dinamização dos serviços e no fortalecimento da identidade social da instituição.
- Anselmo Antunes de Sousa (1999-2025), durante os seus mandatos como Provedor, verificou-se a expansão dos serviços da Santa Casa, acompanhada pela criação de novas instalações, atualmente ocupadas pelo Lar Dr. Joaquim Nunes Saraiva e pelo Centro de Dia. Além disso, foi realizada a reabilitação do edifício na Rua dos Cedros, que, em tempos, acolheu o Lar de Idosos da Instituição. No entanto, devido a questões estruturais e de segurança, esse espaço foi anteriormente encerrado, sendo agora recuperado para reforçar a capacidade de resposta da Misericórdia.

Cada um dos Provedores desempenhou um papel fundamental na continuidade e crescimento da Misericórdia, consolidando a sua posição enquanto referência no apoio social no concelho de Mêda.

A Santa Casa da Misericórdia de Mêda, ao longo da sua trajetória quase centenária, tem demonstrado resiliência e capacidade de adaptação face aos desafios sociais e económicos.

A sua atuação tem sido fundamental para garantir o bem-estar da população, especialmente idosos e cidadãos em situação de vulnerabilidade. A continuidade desta missão dependerá da capacidade de inovação, da captação de recursos financeiros sustentáveis e da colaboração com entidades públicas e privadas, assegurando um futuro sólido e alinhado com as necessidades da comunidade.





Enquadramento Económico

O ano de 2024 continuou a ser marcado pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia, mantendo a incerteza no panorama geopolítico e contribuindo para a volatilidade dos mercados energéticos e financeiros. O conflito no Médio Oriente, entre Israel e a Palestina, agravou as preocupações globais, especialmente devido ao impacto no preço do petróleo e às possíveis perturbações nas cadeias de abastecimento.

A inflação na Zona Euro desacelerou significativamente em 2024, aproximando-se da meta dos 2% estabelecida pelo Banco Central Europeu (BCE), após atingir máximos históricos em 2022 e 2023. Nos EUA, a inflação também recuou, embora a um ritmo mais lento, enquanto as taxas de juro permaneceram elevadas durante grande parte do ano, com o BCE e a Reserva Federal (FED) a adotarem uma postura cautelosa antes de possíveis cortes.

Após os choques económicos da pandemia de COVID-19, a economia mundial entrou num período de recuperação instável, condicionado pelo aumento das taxas de juro, pela elevada dívida pública e pelos desafios do comércio global. No entanto, a ação rápida das autoridades monetárias e fiscais, aliada a políticas de regulação e supervisão mais apertadas, permitiu atenuar os impactos negativos sobre as empresas e as famílias. Em 2024, a recuperação económica prosseguiu, embora a um ritmo mais moderado, e a maioria dos países avançados ultrapassou os níveis de atividade económica registados antes da pandemia.

Os efeitos dos conflitos geopolíticos e das políticas monetárias restritivas refletiram-se nas principais variáveis macroeconómicas, com as empresas a ajustarem as suas decisões de investimento e a otimizarem a gestão de custos, nomeadamente no que diz respeito às matérias-primas e à energia. Embora a recuperação continue, prevê-se que ocorra de forma desigual entre as economias. As economias avançadas, incluindo Portugal e a União Europeia, deverão manter uma trajetória de crescimento positivo, mas com menor dinamismo, devido ao aumento dos custos de financiamento e à redução da procura interna.



9

Outro fator relevante tem sido o desaceleramento da economia chinesa, que representa um risco significativo para as exportações europeias, incluindo as portuguesas, especialmente nos setores industrial e tecnológico.

Em 2024, as pressões inflacionistas tornaram-se menos intensas, mas continuam a persistir desafios estruturais, como a escassez de mão de obra em vários setores estratégicos, nomeadamente na tecnologia, saúde e turismo. Apesar disso, o mercado de trabalho na Zona Euro manteve-se resiliente, com o desemprego a situar-se nos 6,5%, um dos níveis mais baixos das últimas décadas.

A política monetária mais restritiva do BCE e da FED continuou a ter um impacto significativo na economia, com taxas de juro elevadas a desacelerar o consumo e o investimento, levando a um crescimento mais moderado. No entanto, prevê-se que o BCE possa começar a reduzir as taxas de juro na segunda metade de 2024, caso a inflação continue a aproximar-se da meta dos 2%.

Economia Mundial

Na economia mundial, 2024 deve encerrar com um crescimento global do PIB de cerca de 2,9%, ligeiramente acima dos 2,8% de 2023, mas ainda refletindo uma recuperação económica lenta e desigual entre regiões. As economias em desenvolvimento continuam a enfrentar elevados níveis de dívida e défices de investimento, dificultando um crescimento mais acelerado.

Nos Estados Unidos da América, o PIB deverá crescer 2,3%, refletindo um impacto contínuo das taxas de juro elevadas, que desaceleraram o consumo e o investimento, e um mercado de trabalho menos dinâmico. A China continua a registar uma desaceleração moderada, com um crescimento de cerca de 4,8%, devido à crise no setor imobiliário e a uma menor procura externa. A Europa mantém um crescimento anémico, estimado em 0,9%, afetado por elevadas taxas de juro, fraca procura interna e desafios industriais. O Japão, por sua vez, regista um crescimento inferior a 1%, refletindo a desaceleração do comércio global. Em África, o PIB deverá crescer 3,4%, impulsionado



pelo aumento da procura por matérias-primas e pelo investimento em infraestruturas, embora as dívidas elevadas continuem a ser um grande desafio.

O mercado de trabalho apresenta dinâmicas divergentes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nos países desenvolvidos, as taxas de desemprego mantêm-se baixas, com os EUA a registarem 3,8% e a União Europeia cerca de 6,5%. Contudo, a escassez de mão de obra em alguns setores e o aumento do custo de vida continuam a pressionar os salários. Nos países em desenvolvimento, verifica-se uma evolução distinta, com a China, Brasil, Turquia e Rússia a registarem uma ligeira redução do desemprego, embora com desafios estruturais.

A inflação global continuou a desacelerar em 2024, aproximando-se dos níveis pré-pandemia. A inflação média mundial deverá situar-se próxima de 5%, refletindo a queda nos preços da energia e o efeito das políticas monetárias restritivas implementadas em 2022 e 2023. No entanto, a inflação dos alimentos continua a ser uma preocupação central, especialmente em países em desenvolvimento, onde os custos dos bens essenciais têm um peso significativo na economia das famílias.

O investimento global continua a crescer a um ritmo cada vez mais lento. Nos países desenvolvidos, os investimentos concentram-se em tecnologia, energia verde e infraestruturas digitais, enquanto nos países em desenvolvimento há dificuldades na atração de investimento direto estrangeiro, agravadas pelo aumento das taxas de juro nos EUA e na Europa. Além disso, as tensões geopolíticas e comerciais têm restringido os fluxos de capital, tornando o ambiente económico mais volátil.

O comércio internacional manteve um crescimento fraco, projetando-se um aumento de apenas 0,8% em 2024. Fatores como tensões geopolíticas, instabilidade nas cadeias de abastecimento e a desaceleração económica global têm limitado a expansão do comércio mundial. O protecionismo crescente em algumas economias, incluindo os EUA e a UE, também impactou negativamente o comércio global, levando empresas a reavaliar as cadeias de abastecimento e estratégias de produção.

Os países em desenvolvimento continuam a enfrentar elevados níveis de dívida externa e taxas de juro elevadas, o que dificulta o acesso ao financiamento internacional. O



aumento das taxas de juro mundiais, impulsionado pelas políticas monetárias dos EUA e Europa, tem encarecido o serviço da dívida, forçando várias economias emergentes a reestruturar os seus compromissos financeiros.

Economia portuguesa

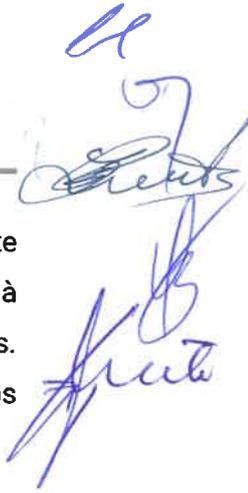
A economia portuguesa prevê-se ter crescido 1,7% em 2024, refletindo um abrandamento face aos 2,3% de 2023. Este crescimento modesto ocorre num contexto de desaceleração global, políticas monetárias restritivas e elevada incerteza geopolítica. No último trimestre do ano, o PIB cresceu 0,6% em termos homólogos, desacelerando face aos 0,8% do trimestre anterior, devido a uma menor dinâmica do consumo privado e do investimento.

A procura interna continuou a ser um fator determinante, mas com um crescimento mais moderado de 1,2%. O consumo privado registou um aumento de 1,3%, impulsionado pela recuperação dos rendimentos reais das famílias, enquanto o consumo público cresceu 0,9%. O investimento manteve-se estável, aumentando apenas 0,5%, refletindo a elevada incerteza económica e os custos do financiamento mais elevados devido às taxas de juro.

As exportações mantiveram-se como um dos motores do crescimento económico, com um aumento de 3,8% em 2024, ligeiramente abaixo dos 4,2% de 2023. Este desempenho foi impulsionado pelo setor do turismo, que continuou a registar níveis elevados de procura internacional, e pelas exportações de serviços tecnológicos e energias renováveis. No entanto, a redução da procura externa, especialmente na Zona Euro, limitou o crescimento das exportações de bens.

O consumo final das famílias desacelerou, com as despesas em bens não duradouros a crescerem apenas 0,9%, refletindo o impacto da inflação e das taxas de juro elevadas. Já a aquisição de bens duradouros, que em 2023 tinha aumentado 7,1%, desacelerou para 4,5%, devido ao encarecimento do crédito ao consumo e ao aumento das renegociações de empréstimos.





A inflação continuou a desacelerar em 2024, fixando-se em 2,6%, significativamente abaixo dos 4,3% de 2023. Esta descida deve-se ao arrefecimento da economia global, à estabilização dos preços da energia e à redução dos custos dos bens alimentares. Apesar disso, o custo da habitação e das rendas continuou elevado, especialmente nos centros urbanos, pressionando o orçamento das famílias.

O emprego cresceu 0,7%, mas a produtividade registou uma recuperação mais modesta, com um aumento de apenas 1,1%, abaixo do 1,4% de 2023. A taxa de desemprego subiu ligeiramente para 6,6%, refletindo o impacto da desaceleração económica e das restrições no mercado de trabalho.

As taxas de juro mantiveram-se elevadas ao longo de 2024, mas espera-se uma possível redução na segunda metade do ano, caso a inflação continue a aproximar-se da meta do Banco Central Europeu (BCE). A taxa de juro média das novas operações de empréstimos a particulares subiu 17% face a 2023, afetando principalmente o crédito à habitação e ao consumo. No total, as novas operações de empréstimos a particulares totalizaram 27,5 mil milhões de euros, uma redução face aos 29,2 mil milhões de 2023, devido ao maior custo do crédito.

O montante de novas operações de empréstimos concedidos às empresas ascendeu a 21,3 mil milhões de euros, com um ligeiro recuo face ao ano anterior. As renegociações de crédito continuaram a aumentar, representando agora 18% do total dos contratos empresariais, face aos 16% em 2023. A taxa de juro média das novas operações de empréstimos às empresas subiu 0,9 pontos percentuais no último ano, atingindo 6,1% em dezembro de 2024.

O conflito na Ucrânia continua a impactar a economia global, intensificando as pressões inflacionistas e a instabilidade nos mercados energéticos. Além disso, o conflito no Médio Oriente gerou preocupações adicionais, principalmente em relação ao preço do petróleo e ao fornecimento de gás natural. Estes fatores, aliados às sanções económicas à Rússia e à crescente instabilidade comercial com a China, afetaram negativamente a confiança dos investidores e dos consumidores.





As projeções para 2025 apresentam um balanço de riscos misto. Caso o BCE comece a reduzir as taxas de juro, poderá haver uma recuperação do investimento e do consumo privado. No entanto, um agravamento das tensões geopolíticas ou um abrandamento mais forte na economia europeia poderá prejudicar o crescimento de Portugal.

Ao nível do setor

O ano de 2024 foi particularmente desafiante para o setor social em Portugal, marcado por aumentos dos custos operacionais, dificuldades no financiamento público e privado e um crescimento da procura por serviços de apoio social.

1. Envelhecimento da População e Maior Procura por Apoios

A população portuguesa continua a envelhecer, aumentando a necessidade de serviços sociais, especialmente no apoio a idosos e na prestação de cuidados continuados. O setor social enfrentou dificuldades em acompanhar esta crescente procura, devido à escassez de financiamento e à falta de recursos humanos qualificados.

2. Aumento dos Custos Operacionais

As despesas das instituições sociais aumentaram significativamente em 2024, devido a vários fatores:

- Aumento dos custos com energia e bens essenciais, impactando diretamente os orçamentos das instituições.
- Crescimento dos encargos salariais, refletindo o aumento do salário mínimo nacional e as novas exigências de contratação no setor social.
- Inflação dos bens alimentares e medicamentos, afetando diretamente os custos operacionais de lares, centros de dia e outras respostas sociais.





3. Financiamento e Apoios Públicos Insuficientes

As instituições do setor social, incluindo as Misericórdias, continuaram a depender de subsídios estatais, que se revelaram insuficientes para cobrir os custos operacionais crescentes. O atraso nos pagamentos da Segurança Social e o processo burocrático complexo para acesso a fundos comunitários dificultaram a sustentabilidade das instituições.

4. Dificuldades na Contratação de Recursos Humanos

O setor social enfrentou escassez de mão de obra qualificada, nomeadamente cuidadores, assistentes sociais, enfermeiros e auxiliares de geriatria. O baixo nível salarial e as condições exigentes da profissão levaram a dificuldades na captação e retenção de profissionais, impactando a qualidade dos serviços prestados.

5. Reformas e Novos Desafios para 2025

Dada a pressão crescente sobre o setor social, o Governo anunciou a revisão dos modelos de financiamento das IPSS, incluindo novos programas de apoio e reformas na contratualização de serviços sociais. Contudo, os desafios persistem para 2025, especialmente na gestão da sustentabilidade financeira e na adaptação das instituições ao novo perfil de utentes, que exigem serviços mais personalizados e digitalizados.





RELATÓRIO DE ATIVIDADE

Com o investimento efetuado, no ano de 2018 foi inaugurado do Lar Nossa Senhora de Fátima com capacidade para 40 camas, tendo a atividade continuado com normalidade. Para este lar foi conseguido acordo de cooperação com a segurança social como forma de permitir uma melhor viabilidade financeira.

RESPOSTAS SOCIAIS

Centro de Apoio a Idosos

Lar Dr. Joaquim Nunes Saraiva (1.ª Fase)

O Lar Dr. Joaquim Nunes Saraiva de Meda é uma das respostas sociais da Santa Casa da Misericórdia de Meda, na qual se presta apoio permanente a 68 utentes/residentes nas suas diversas necessidades: alojamento, alimentação, tratamento de roupas, prestação de cuidados médicos e de enfermagem, apoio social e um leque variadíssimo de atividades socioculturais.

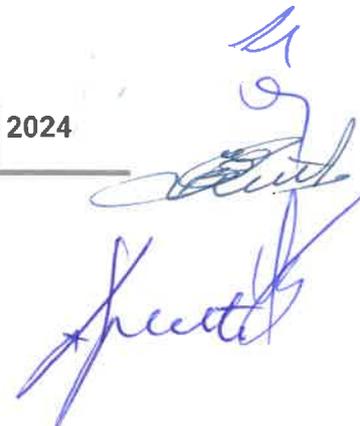
Toda a equipa desta resposta social colabora no sentido de proporcionar aos nossos utentes conforto, qualidade de vida e um tratamento humanizado para que aproveitem, da forma mais agradável possível, os seus anos de vida.

- Capacidade internamento - 68 utentes 60 dos quais com acordo de cooperação com a Segurança Social.

Serviços Prestados:

- Cuidados de saúde, higiene e bem-estar;
- Nutrição e Alimentação
- Lavagem e tratamento de roupas;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.
- Alojamento;





- Cuidados de higiene e conforto pessoal;
- Apoio nas atividades de vida diária;
- Higienização e conforto dos espaços;
- Apoio clínico;
- Cuidados de enfermagem;
- Acompanhamento aos cuidados de saúde;
- Apoio Social;
- Atividades de animação e socialização;
- Aquisição de bens;

Lar -Fase 2

- Capacidade internamento - 33 utentes 20 dos quais com acordo de cooperação com a Segurança Social.

Serviços Prestados

- Cuidados de saúde, higiene e bem-estar;
- Alimentação
- Tratamento de roupas;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.

Centro de Dia

O Centro de Dia, é uma resposta social desenvolvida em equipamento social que presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar, facilitando a sua integração social e a manutenção das suas competências, combatendo a solidão e promovendo a sua autonomia física e neurológica.

- Capacidade: 30 utentes 11 dos quais com acordo de cooperação com a Segurança Social.





Serviços Prestados

Esta resposta funciona de Segunda-Feira a Domingo entre as 08h30 e as 20h, prestando os seguintes serviços:

- Alimentação;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.
- Cuidados de higiene e conforto pessoal;
- Cuidados de imagem;
- Tratamento de roupa;
- Higiene habitacional;
- Preparação e administração de medicação;
- Articulação com os serviços locais de saúde;
- Apoio social;
- Transporte.

Apoio Domiciliário

O serviço de Apoio Domiciliário é uma resposta social, que consiste em prestar cuidados individualizados e personalizados no domicílio, de carácter doméstico, psicológico, reabilitador, social, pessoal e educativo a indivíduos e famílias quando, por um motivo de doença, deficiência, ou outro impedimento, não possam assegurar temporariamente, a satisfação das suas necessidades e/ou atividades da vida diária.

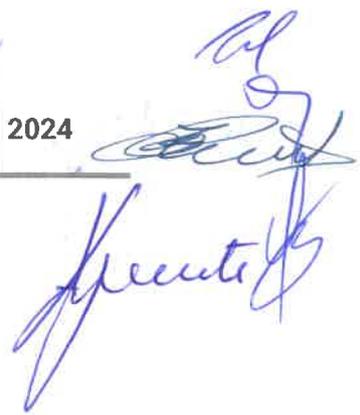
- Capacidade: 50 utentes –Acordo de Cooperação só para 36 utentes.

Serviços Prestados

- Alimentação;
- Higiene Pessoal;
- Higiene habitacional;
- Tratamento de roupas;



- Prestação de cuidados de higiene e conforto;
- Arrumação e pequenas limpezas no domicílio;
- Confeção, transporte e/ou distribuição de refeições;



Pode ainda assegurar outros serviços, nomeadamente;

- Serviços de saúde (ex: apoio na medicação, medição de glicemia, pequenos curativos, deslocações a serviços de saúde, etc...);
- Compras (ex: medicamentos, mercearia, etc...);
- Pagamento de contas (ex: eletricidade, telefone, etc...).

De forma a dar uma resposta integrada às necessidades dos beneficiários deste serviço, o serviço de Apoio Domiciliário conta com uma equipa com pessoal técnico e de apoio.

Lar Nossa Senhora de Fátima

O Lar Nossa Senhora de Fátima de Meda é uma das respostas sociais da Santa Casa da Misericórdia de Meda, na qual se presta apoio permanente a 40 utentes/residentes nas suas diversas necessidades: alojamento, alimentação, tratamento de roupas, prestação de cuidados médicos e de enfermagem, apoio social e um leque variadíssimo de atividades socioculturais.

Toda a equipa desta resposta social colabora no sentido de proporcionar aos nossos utentes conforto, qualidade de vida e um tratamento humanizado para que aproveitem, da forma mais agradável possível, os seus anos de vida.

- Capacidade de internamento: 40 utentes, 32 dos quais c/ acordo de cooperação com a Segurança Social.

Serviços Prestados

- Cuidados de saúde, higiene e bem-estar;
- Alimentação Tratamento de roupas;



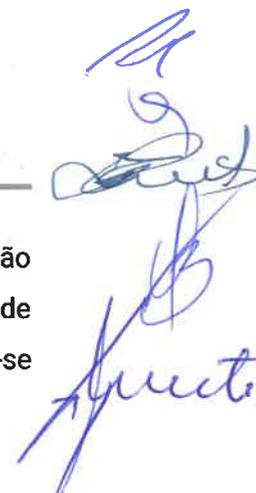
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.
- Alojamento;
- Nutrição e alimentação;
- Cuidados de higiene e conforto pessoal;
- Apoio nas atividades de vida diária;
- Higienização e conforto dos espaços;
- Apoio clínico e Cuidados de enfermagem;
- Acompanhamento aos cuidados de saúde;
- Apoio Social;
- Atividades de animação e socialização;
- Aquisição de bens;

Atividade de Tempos Livres (ATL)

O Centro de Atividades Tempos Livres (CATL) é um espaço destinado a crianças dos 6 aos 10 anos, onde esta faixa etária adquire, ou reforça conhecimentos do domínio cognitivo. Através de um conjunto de atividades, planeadas e registadas no Plano de Atividades do (CATL), trabalham-se competências das diferentes áreas do desenvolvimento, criando situações de interação e socialização, dando-se real significado a valores como a solidariedade, amizade, respeito, tolerância e responsabilidade. É também um espaço onde a estimulação da imaginação é a base para todas as atividades.

O Centro de Atividades Tempos Livres (CATL) foi criado para apoiar os pais das crianças que frequentam a escola, com o objetivo de proporcionar às mesmas um espaço onde podem aprender e desfrutar dos tempos livres. O Centro de Atividades Tempos Livres (CATL) foi evoluindo ao longo dos anos no sentido da aprendizagem e de verdadeiros momentos de diversão. No início de cada ano letivo propõe-se ainda um conjunto de atividades extracurriculares, que se apresentam como uma oportunidade de enriquecimento escolar.





A nossa equipa educativa é formada por educadores sociais e auxiliares da ação educativa, que diariamente levam a cabo um conjunto de iniciativas, que vão de encontro às necessidades reveladas pelas crianças e pelas suas famílias e dividem-se entre atividades de estudo e atividades lúdico-pedagógicas.

- Capacidade: 50 utentes - Acordo de Cooperação só para 49 utentes.

Serviços Prestados

- Alimentação (Lanche);
- Acompanhamento nos trabalhos escolares;
- Organização de atividades lúdico-recreativas.

Cantinas Sociais

A Santa Casa da Misericórdia de Meda, tem como missão promover a melhoria da qualidade de vida da população, incluindo aos grupos mais vulneráveis. A Cantina Social, surge como resposta a uma necessidade que decorre da atual conjuntura socioeconómica, que resultou no protocolo de colaboração no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar entre a Santa Casa da Misericórdia de Meda e o Instituto de Segurança Social. A Cantina Social tem como objetivo suprir as necessidades alimentares de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, através da disponibilização de refeições.

Os Governos têm definido como um dos seus objetivos estratégicos, um amplo modelo de inovação social, que permitisse dar auxílio e respostas a situações de grave carência social é criado o Programa de Emergência Alimentar, inserido na Rede Solidária de Cantinas Sociais, que permite garantir às pessoas e/ou famílias que mais necessitam, o acesso a refeições diárias gratuitas uniu-se a Santa Casa da Misericórdia de Meda a este programa proporcionando assim as devidas refeições aos mais carenciados.

Com o término do Acordo de Cooperação com a segurança social no ano de 2024, esta resposta social deixará de ser contemplada nos serviços prestados..



Programas e Projetos

No âmbito da sua atividade a Misericórdia de Mêda tem, adicionalmente, vindo a desenvolver diversos programas e projetos relacionados com a sua atividade com o objetivo de fortalecer os cuidados aos utentes e contribuir para a melhoria da ação social no Concelho de Mêda. Durante o ano de 2024 a Misericórdia de Mêda esteve envolvida nos seguintes projetos:

- Apoio ao acolhimento de Ucrrianos no Município: protocolo firmado entre o Município e a Santa Casa a fim de dar acolhimento aqueles que em tempos de guerra nas suas terras necessitam de um lar.
- Aquisição de viatura para melhoria do apoio prestado: Aquisição de uma viatura de 9 lugares.
- Obras de melhoria de instalações: Renovação do espaço do ATL e projeto de melhoria das instalações que proporcionam rendas na Avenida dos Estados Unidos da América.

Além destas respostas sociais e programas, a Misericórdia de Mêda está ainda envolvida com o Bairro Social gerindo 18 habitações como forma de apoiar a população no acesso a habitação social.

Para responder às necessidades e expetativas dos utentes, de forma personalizada, cada uma das respostas sociais conta com uma equipa multidisciplinar, Animadores socioculturais; Assistente Social; Enfermeiros; Ajudantes de Lar e Centro de Dia; Auxiliares de Serviços Gerais; Cozinheiro; Ajudantes de Cozinha; Operadores de lavandaria; Motorista.



Análise Económica e Financeira

Tendo em conta que a situação económica descrita, sujeita a pressões inflacionistas e a maiores volatilidades nas taxas de juros, se repercute na atividade operacional junto dos utentes das Misericórdias, o aumento do custo geral da atividade exige que sejam tomadas medidas ajustadas de controlo na aquisição de produtos. Assim, as despesas foram baseadas em critérios definidos pela Mesa Administrativa, os quais foram tomados com vista à continuação do bem-estar dos utentes. De notar que, ao longo do ano foram sendo tomadas decisões e havendo negociações de valores de aquisição com os diversos fornecedores.

O ano de 2024 continuou a ser marcado pela guerra entre Ucrânia e Rússia e pelo conflito no médio oriente que envolve Israel, que tem tido forte impacto no custo dos produtos e energia, sendo que o resultado líquido de 855 216,71€ se deve a rendimentos não recorrentes associados à alienação de um imóvel em Lisboa. Uma análise aos resultados expurgados desta mais valia permite perceber que os resultados líquidos seriam negativos em cerca de 40 mil euros, os quais são muito afetado pelas elevadas depreciações. Todavia, deve ser realçado que o EBITDA continua a ser bastante positivo, tal como nos anos anteriores.

No que diz respeito às receitas principais da Instituição, entre elas as mensalidades dos utentes, rendimentos de rendas de habitações e subsídios do Estado e de outras Instituições, nomeadamente resultantes dos acordos de cooperação com a Segurança Social, em 2024 a Santa Casa da Misericórdia de Mêda conseguiu obter um acréscimo de rendimentos de vendas de cerca de 100 .000 comparativamente com o ano anterior.

Os rendimentos obtidos com a atividade foram de cerca de 2 574 668,86 €, que resultam de um aumento de cerca de 102 894,50 €. Quanto aos custos essenciais de funcionamento, a Santa Casa da Misericórdia de Mêda registou um aumento de cerca de 104 000,30€, comparativamente a 2023. Neste ano de 2024 o salário mínimo nacional aumentou, o que tem impacto no aumento no vencimento bruto dos funcionários, refletiu-se no presente exercício no aumento dos gastos com pessoal, tal como nos gastos com os fornecimentos e serviços externos se verificou um aumento dos custos da atividade devido às pressões inflacionistas.



Análise das Demonstrações financeiras

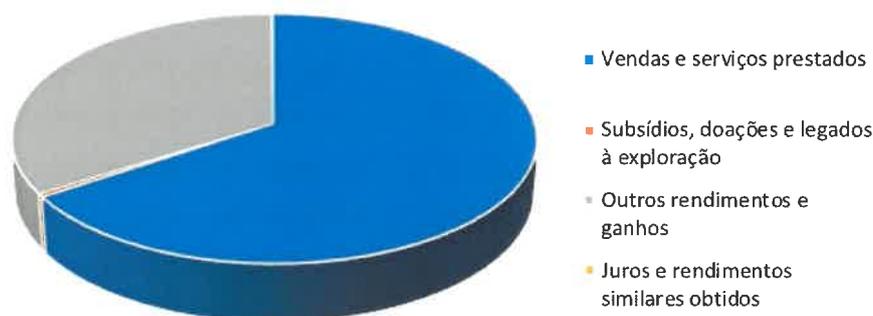
A análise dos rendimentos e gastos operacionais permite avaliar em que medida a Instituição consegue gerar recursos provenientes das atividades operacionais sem levar em consideração os efeitos das depreciações dos bens do ativo.

No exercício económico de 2024 os rendimentos globais atingiram o valor de 3 482 668,86 €, sendo que a sua proveniência se decompõe da seguinte forma:

Rendimentos	2024		2023	
Vendas e serviços prestados	2 282 494,01	65,5%	2 119 967,39	85,8%
> Prestação de serviços a utentes	1 282 359,77		1 186 120,94	
> Acordos de segurança com SS	997 045,74		931 530,95	
> Outros	3 088,50		2 315,50	
Subsídios, doações e legados à exploraç	14 968,96	0,4%	147 557,03	6,0%
Outros rendimentos e ganhos	1 181 455,89	33,9%	204 249,88	8,3%
Juros e rendimentos similares obtidos	3 750,00	0,1%		0,0%
Rendimentos	3 482 668,86		2 471 774,30	

Da tabela acima é possível verificar que os rendimentos no ano cresceram cerca de 41%, tendo ultrapassado os 3 milhões e 450 mil euros. As vendas e serviços prestados aos utentes continuam a ser principal fonte de rendimentos, provenientes da prestação de serviços aos utentes e do apoio da Segurança Social, mas o ano de 2024 fica marcado pela mais valia resultante da alienação de um imóvel e refletido na rubrica de outros rendimentos e ganhos. Na rubrica de outros rendimentos e ganhos referem-se ainda a rendimentos gerados com as rendas de imóveis não sociais (cerca de 150 mil euros) obtidos durante o ano.

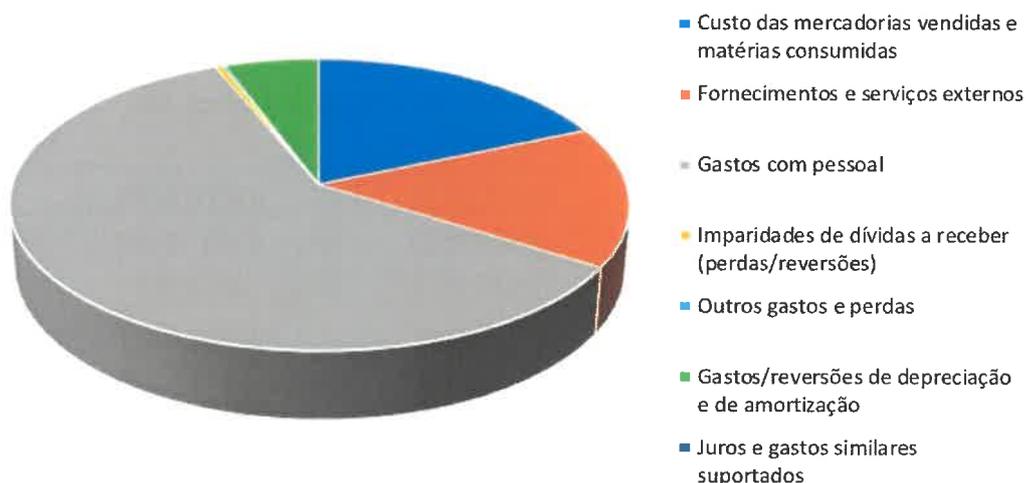
No que se refere ao ano de 2024 a estrutura de rendimentos encontra-se espelhada no gráfico abaixo:



No que concerne à estrutura dos gastos antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, o valor global de 2024 ascendeu a 2 464 413€, conforme tabela a seguir apresentada. Este valor superior ao do ano anterior, representando um aumento de 4,1% em relação ao ano anterior, que reflete o aumento dos gastos com pessoal e o aumento dos custos com produtos devido, principalmente, à inflação. De notar que a principal rubrica é a que se refere aos gastos com o pessoal, que aumentou ligeiramente em comparação com o valor do ano anterior.

Gastos	2024		2023	
Custo das mercadorias vendidas e maté	483 334,05	18,4%	458 539,55	18,2%
Fornecimentos e serviços externos	408 695,37	15,6%	380 174,66	15,1%
Gastos com pessoal	1 572 383,41	59,8%	1 526 486,98	60,5%
Imparidades de dívidas a receber (perda	9 825,64	0,4%	8 049,44	0,3%
Outros gastos e perdas	5 444,15	0,2%	8 625,37	0,3%
Gastos/reversões de depreciação e de a	147 766,84	5,6%	141 575,85	5,6%
Juros e gastos similares suportados	2,69	0,0%		0,0%
Gastos	2 627 452,15		2 523 451,85	

A estrutura de gastos do último ano encontra-se refletida no gráfico abaixo:



A Instituição gere um conjunto de equipamentos de grande valor, conforme evidenciado no Ativo fixo tangível apresentado no Balanço, que origina um elevado valor nos gastos de depreciação evidenciado na demonstração de resultados, motivo pelo qual os resultados não são positivos quando expurgado o efeito não recorrente da alienação do imóvel.

Excluindo este efeito das depreciações, e dos impactos da guerra entre Ucrânia e Rússia, que têm originado gastos extra associados às pressões inflacionistas e à gestão da pandemia e a dificuldades na gestão dos utentes dos lares, a gestão operacional da Instituição evidenciada nos resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos revela-se positiva.

O quadro abaixo resume os gastos e os rendimentos das respostas sociais com valores mais significativos.

	LAR	LAR N SRA DE FATIMA	CENTRO DIA	ATL	APOIO DOMICILIARIO	BAIRRO SOCIAL
Vendas e serviços prestados	1 464 864,60	555 713,13	15 744,77	56 514,02	173 071,37	11 040,00
Subsídios, Doações e Legados à exploração	4 352,26					
Outros rendimentos	2 510,91	10 937,08			3 094,25	
Custo dos Inventários Vendidos e das Matérias Consumidas	-234 882,45	-160 453,81	-14 503,16	-4 562,91	-68 931,72	
Fornecimentos e serviços externos	-191 334,63	-53 750,07	-12 894,54	-10 500,47	-29 059,87	-1 597,25
Gastos com o pessoal	-1 014 491,12	-325 018,56	-7 017,53	-37 653,19	-45 528,30	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-1 947,50	-650,00		-1 072,50		-2 070,00
Outros gastos	-206,58	-448,32				-45,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-119 807,18	-13 199,97	-47,56	-12,13	-5 643,60	-5 981,83

A análise ao balanço permite perceber o elevado valor dos investimentos realizados pela Misericórdia, o qual tem sido suportado essencialmente pelos fundos próprios. Ao nível de curto prazo, é verificado que o total do ativo é superior ao passivo no último ano. Daqui resulta a existência de indicadores de estrutura financeira adequada.

	31/12/2024		31/12/2023	
Ativo não corrente	3 090 468,59	63%	3 151 158,15	78%
Ativo corrente	1 791 101,10	37%	872 256,92	22%
Total do ativo	4 881 569,69		4 023 415,07	
Passivo não corrente	0,00		0,00	
Passivo corrente	461 916,61		469 741,33	
Total do passivo	461 916,61	9%	469 741,33	12%
Total da situação líquida	4 419 653,08	91%	3 553 673,74	88%
Total do passivo e situação líquida	4 881 569,69		4 023 415,07	

Ao nível dos investimentos, o ano de 2024 não foi propício à realização de investimentos significativos, pelo que se verifica uma diminuição do ativo total pelo efeito do aumento das amortizações e depreciações. Todavia, sempre orientando a sua política por





princípios de rigor, visando a maximização da qualidade na prestação de serviços, foram efetuados alguns investimentos em bens sempre que necessário para algumas das respostas sociais e, por norma, em substituição de outros bens antigos.

Principais riscos e incertezas

A gestão do risco obriga à permanente monitorização das operações para previsão de acidentes e perigos futuros possibilitando a elaboração de medidas e estratégias de minimização dos mesmos dentro dos contextos sociais.

Sem nunca descurar a qualidade dos serviços prestados, permanecerá o esforço de contenção de gastos e gestão criteriosa dos recursos disponíveis para se procurar dar a resposta mais adequada a todos quanto procuram a nossa Instituição.

Para esse efeito, o esforço de modernização e renovação das respostas sociais continuará em permanência, no sentido de facultar os recursos mais adequados aos profissionais e aos utentes.

A adoção de formas de organização e gestão, que mantendo a tradição e missão originais, criem mais valor, irão permitir reforçar o papel que desempenha em termos económicos e da relevância nas áreas em que atua na prestação de serviços para dar resposta às necessidades e solicitações da comunidade.

Dada a sua dimensão, a Santa Casa gere fluxos significativos de capital, pelo que devem existir boas praticas de gestão financeira. Nesse sentido, também ao nível do risco de crédito, é importante antever e prevenir situações de incumprimento conhecendo e acompanhando adequadamente os seus utentes e clientes, procurando soluções para uma otimização das cobranças, que permita manter a atividade sem correr riscos suplementares e manter a sustentabilidade.

As operações são monitorizadas pela análise das necessidades do fundo de maneo e tesouraria, visando a diminuição dos custos, melhorando o desempenho e promovendo a preservação de valor.



Em suma, a Misericórdia da Mêda não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações, pelo que entende que as obrigações assumidas, não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela Instituição.

Evolução previsível da atividade e continuidade da atividade

A Misericórdia da Meda tem procurado assegurar o bem-estar permanente de todos os utentes e colaboradores e procedeu à implementação de um conjunto de ações preventivas acrescidas para proteger a sua saúde e promover a segurança, tendo por base as recomendações da Direção Geral de Saúde para fazer face a situação de pandemia ou não.

O despontar da guerra entre Ucrânia e Rússia tem trazido, para a Misericórdia da Mêda, desafios acrescidos ao nível do aumento dos preços de matérias primas, serviços diversos e dos custos com pessoal, que têm obrigado a um esforço de encontrar alternativas que permitam manter a estabilidade económica e financeira, mantendo a qualidade dos serviços prestados aos utentes.

A Misericórdia da Meda permanecerá atenta e cuidadosa perante os riscos que poderão surgir para a sua área de atuação, quer em termos operacionais, de investimento ou financeiros. Existe a convicção de que com prevenção, serenidade e em conjugação de esforços com parceiros se está preparado para enfrentar estes desafios.

O trabalho desenvolvido nas diversas áreas de atuação, financeira e operacional, permite acreditar fielmente na capacidade da Misericórdia da Meda em cumprir o princípio da continuidade. Apesar da guerra na Ucrânia, do conflito entre Israel e Palestina e das novas políticas americanas que resultam da eleição de Donald Trump, a Mesa Administrativa mantém a firme convicção que a sua atividade continuará de ser executada de forma normal em função dos interesses dos seus utentes.

A Misericórdia da Meda apresenta uma estrutura de financiamento adequada, que reflete os capitais próprios positivos fruto da acumulação de resultados e de outras variações de capital. Os resultados negativos nos últimos anos não são preocupantes por não estarem relacionados com problemas estruturais e por estarem relacionados



com a política de depreciações. Prevê-se que a atividade perdure no tempo sem qualquer tipo de problemas legais, financeiros e económicos.

Prevê-se que o ano de 2025 seja um ano de continuidade da Instituição em termos de apoio social à comunidade local e aos utentes dos serviços disponibilizados à comunidade pela Misericórdia da Mêda.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

À data da elaboração deste relatório, a Rússia continua a invasão da Ucrânia, com impacto não apenas ao nível das sanções económicas à Rússia mas também no crescimento dos preços da energia e das matérias primas, com reflexo na inflação e, consequentemente, no ajustamento das taxas de juro. O conflito na Palestina entre Israel e o Hamas poderá continuar a ter impacto da economia da região e do mundo. Mais recentemente temos tido alguns reflexos na economia com as novas políticas comerciais dos EUA com a eleição do novo presidente no final do ano passado.

Estes eventos tiveram impacto limitado nas demonstrações financeiras preparadas para o presente ano. No entanto, os efeitos em 2025 poderão ser significativos, sobretudo nos custos da atividade, nomeadamente na energia, nos fatores de produção e nos custos com o pessoal. É expectável que os efeitos se intensifiquem, com um agravamento da inflação e/ou taxa de juro.

Em janeiro de 2025 tomou posse a nova mesa administrativa eleita no mês anterior, sendo que a mesma é liderada por uma nova provedora.

De 31 de dezembro de 2024, até à data de emissão deste relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da instituição.

Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

A Misericórdia tem a sua situação tributária e de segurança social regularizada.

Proposta de aprovação das Demonstrações Financeiras e aplicação do Resultado



A Mesa Administrativa propõe que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024, que incluem um total de Ativos de 4 881 569,69 Euros, Fundos Próprios de 4 419 653,08 Euros e Passivo de 461 916,61 Euros, sejam aprovadas.

A Mesa Administrativa propõe ainda que o Resultado Líquido de 855 216,71 Euros seja totalmente aplicado em Resultados transitados.

Agradecimentos

A Mesa Administrativa agradece a colaboração prestada por todos os trabalhadores, Fornecedores, Instituições Bancárias, e demais entidades que com ela se relacionaram.

Mêda, 14 de março de 2025.

A Mesa Administrativa

Maria Isabel Rodrigues Breia de Sousa

Luís Filipe Branco Lopes

Carlos Bruno Brígida Fial Pereira

António João do Nascimento

António José Borges Prata



[Handwritten signature in blue ink]



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024



Índice

Anexo	41
1. Identificação da Entidade	41
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras... ..	43
3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .	44
3.1. Bases de Apresentação	44
3.2. Principais Políticas Contabilísticas.....	45
3.3. Alterações nas políticas contabilísticas:.....	56
3.4. Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.....	57
3.5. Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.	57
3.6. Acontecimentos subsequentes.	57
4. Ativos Fixos Tangíveis	57
4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:.....	57
4.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:.....	59
4.3. Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:.....	59
5. Ativos Intangíveis	59
5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:.....	59
5.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:.....	60
6. Custos de Empréstimos Obtidos	60
6.1. Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período, discriminada por naturezas de ativos que se qualificam.....	60
7. Inventários	61
7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada.....	61
7.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade	61



7.3. Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão....	61
8. Rendimentos e Gastos.....	62
8.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.	62
8.2. Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.	62
8.3. Rédito	62
9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	63
9.1. Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões.....	63
9.2. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.....	63
9.3. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de ativos contingentes à data do balanço, cujo influxo de benefícios económicos é provável.....	63
9.4. Indicação do valor dos Fundos Permanentes por modalidade associativa das Mutualidades e do património líquido que lhes está afeto, bem como do respetivo grau de cobertura face às Provisões matemáticas necessárias.	63
10. Subsídios e outros apoios das Entidades Públicas.....	64
10.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.	64
10.2. Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades.	64
10.3. Principais doadores	64
11. Instrumentos Financeiros.....	65
11.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.....	65



11.2. Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:.....	65
11.3. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.	66
11.4. Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.	66
11.5. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:.....	66
11.6. Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.	70
11.7. Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:	70
11.8. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:.....	70
12. Subsídios, doações e legados à exploração	71
13. Fornecimentos e serviços externos.....	71
14. Outros rendimentos e Outros gastos.....	72
14.1. Outros rendimentos e ganhos.....	72
14.2. Outros gastos e perdas.....	73
15. Resultados Financeiros	73
16. Benefícios dos empregados.....	73
16.1. Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.....	73
16.2. Compromissos existentes em matéria de pensões.	73
16.3. Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:	73
17. Acontecimentos após data de Balanço.....	75
17.1. Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.....	75
18. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	75
18.1. Quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período.	75



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

18.2. Outras divulgações.....	75
19. Outras divulgações.....	75
19.1. Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:.....	75
19.2. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.....	76

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to read 'A. Pinto' and several other initials.]



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Mêda

Balanco individual em 31 de dezembro de 2024

RUBRICAS	NOTAS	valores em Euros	
		31.12.2024	31.12.2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	3 072 100,83	3 132 790,39
Ativos intangíveis	5		
Investimentos financeiros	11.5	18 367,76	18 367,76
		3 090 468,59	3 151 158,15
Ativo corrente			
Inventários	7	25 267,27	34 267,02
Créditos a receber	11.5	99 444,62	102 427,43
Estado e outros entes públicos	11.5	5 165,57	5 200,54
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.5	37,00	1 705,00
Diferimentos	11.5	21 884,25	18 205,22
Outros ativos correntes	11.5	20 605,33	79 516,08
Caixa e depósitos bancários	11.5	1 618 697,06	630 935,63
		1 791 101,10	872 256,92
Total do Ativo		4 881 569,69	4 023 415,07
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	11.3	140 215,31	140 215,31
Resultados transitados	11.3	2 020 472,44	2 072 149,99
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.3	1 403 748,62	1 392 985,99
		3 564 436,37	3 605 351,29
Resultado líquido do período		855 216,71	(51 677,55)
Total dos Fundos patrimoniais		4 419 653,08	3 553 673,74
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.5	104 743,86	87 067,09
Estado e outros entes públicos	11.5	33 622,11	32 781,84
Diferimentos	11.5	19 811,28	70 865,48
Outros passivos correntes	11.5	303 739,36	279 026,92
		461 916,61	469 741,33
Total do Passivo		461 916,61	469 741,33
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		4 881 569,69	4 023 415,07



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Méda

Demonstração individual dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2024

valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		31/12/2024	31/12/2023	
Vendas e serviços prestados	+	8	2 282 494,01	2 119 967,39
Subsídios, doações e legados à exploração	+	10 / 12	14 968,96	147 557,03
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	7	(483 334,05)	(458 539,55)
Fornecimentos e serviços externos	-	13	(408 695,37)	(380 174,66)
Gastos com pessoal	-	16	(1 572 383,41)	(1 526 486,98)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	11.5	(9 825,64)	(8 049,44)
Outros rendimentos e ganhos	+	8 / 14.1	1 181 455,89	204 249,88
Outros gastos e perdas	-	14.2	(5 444,15)	(8 625,37)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		999 236,24	89 898,30
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	4 / 5	(147 766,84)	(141 575,85)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		851 469,40	(51 677,55)
Juros e rendimentos similares obtidos	+		3 750,00	
Juros e gastos similares suportados	-	6 / 15	(2,69)	
Resultado antes de impostos	=		855 216,71	(51 677,55)
Resultado líquido do período	=		855 216,71	(51 677,55)



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Méda
 Demonstração individual dos resultados por funções
 Período findo em 31 de dezembro de 2024

RENTIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/12/2024											Total		
		9000	9002	9003	9004	9005	9007	9008	9011	9012	9013	9019			
		GERAL	LAR	LAR N SRA DE FATIMA	CENTRO DIA	ATI	APOIO EXCMPLAR IJ	BARRO SOCIAL	REN JAR LERROA	REN JAR LERROA	CANINA SOCIAL	CELOS 4G			
Vendas e serviços prestados	8	5 548,12	1 464 864,80	595 713,13	15 744,77	56 514,02	173 071,37	11 040,00							2 282 494,01
Custo das vendas e dos serviços prestados	0		(234 662,45)	(180 453,81)	(14 503,16)	(4 562,91)	(88 931,72)								(483 334,05)
Resultado bruto		5 548,12	1 229 862,15	395 259,32	1 241,61	51 951,11	104 139,65	11 040,00							1 799 159,96
Outros rendimentos	10 / 12 / 14.1	1 031 027,97	6 863,17	10 937,06			3 064,25			7 054,00	137 436,38				1 196 424,85
Outros de estruturas															
Outros administrativos	11.5 / 13 / 16	(208 767,28)	(1 207 773,25)	(379 418,83)	(19 912,07)	(49 226,16)	(74 588,17)	(3 667,25)	(24 057,81)	(23 483,78)					(1 800 904,42)
Outros de investigação e desenvolvimento															
Outros gastos	4 / 5 / 14.2	(7 034,73)	(120 013,76)	(13 648,29)	(47,56)	(12,13)	(5 643,60)	(6 026,63)		(784,08)					(153 210,99)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		820 772,07	(90 941,68)	13 129,46	(18 718,02)	2 712,82	27 002,13	1 345,82	(16 993,81)	113 160,50					851 469,40
Outros de financiamento (impostos)	6/15	3 747,31													3 747,31
Resultado antes de impostos (impostos sobre a produtividade do pessoal)		824 519,38	(90 941,68)	13 129,46	(18 718,02)	2 712,82	27 002,13	1 345,82	(16 993,81)	113 160,50					855 216,71
Resultado líquido do período		824 519,38	(90 941,68)	13 129,46	(18 718,02)	2 712,82	27 002,13	1 345,82	(16 993,81)	113 160,50					855 216,71

RENTIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/12/2024											Total		
		9000	9002	9003	9004	9005	9006	9007	9008	9011	9012	9013		9019	
		GERAL	LAR	LAR N SRA DE FATIMA	CENTRO DIA	ATI	FASE 2	APOIO EXCMPLAR IJ	BARRO SOCIAL	REN JAR LERROA	REN JAR LERROA	CANINA SOCIAL		CELOS 4G	
Vendas e serviços prestados	8	6 969,60	614 040,88	284 191,47	12 121,58	21 399,00	273 571,17	61 666,04	10 980,00				4 197,00		1 188 430,44
Custo das vendas e dos serviços prestados	0		(151 783,17)	(140 866,83)	(16 717,14)	(2 207,28)	(85 492,79)	(79 400,73)					(2 042,61)		(458 636,56)
Resultado bruto		6 969,60	302 257,51	143 296,64	(4 695,56)	10 191,72	208 078,38	(17 434,69)	10 980,00						729 800,88
Outros rendimentos	10 / 12 / 14.	58 206,22	430 147,82	248 056,64	9 366,33	34 390,92	138 620,47	123 406,06	2 700,00	8 836,88	112 082,28		25,51	119 616,62	1 286 067,86
Outros administrativos	1.5 / 13 / 16	(142 225,53)	(793 133,44)	(307 183,86)	(4 134,38)	(47 555,47)	(337 333,39)	(76 819,19)	(9 710,34)	(3 784,21)	(43 602,10)		(1 068,03)	(92 051,08)	(1 917 471,06)
Outros gastos	4 / 5 / 14.2	(10 143,84)	(103 008,90)	(13 188,50)	(19,57)	(2,37)	(16 627,03)	(43,00)	(5 661,63)				(79,04)	(306,36)	(150 201,22)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(88 203,45)	(104 837,01)	11 603,24	606,82	6 014,80	(7 162,47)	30 106,06	(1 942,17)	5 062,47	68 580,12		1 042,83	27 259,19	(51 677,55)
Resultado antes de impostos		(88 203,46)	(104 837,01)	11 603,24	606,82	6 014,80	(7 162,47)	30 106,06	(1 942,17)	5 062,47	68 580,12		1 042,83	27 259,19	(51 677,55)
Resultado líquido do período		(88 203,46)	(104 837,01)	11 603,24	606,82	6 014,80	(7 162,47)	30 106,06	(1 942,17)	5 062,47	68 580,12		1 042,83	27 259,19	(51 677,55)

11



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Méda

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2024

valores em Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Resultados gerados	Ajustamentos / Outras alterações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	6	140 215,31	2 072 149,99	1 392 985,99	(51 677,55)	3 553 673,74	3 553 673,74
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	3,5 / 11,3		24 753,96		24 753,96	24 753,96
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	11,3	140 215,31	2 072 149,99	1 417 739,95	(51 677,55)	3 578 427,70
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					855 216,71	855 216,71
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Subsídios, doações e legados				(13 991,33)		(13 991,33)	(13 991,33)
Distribuições				(51 677,55)		51 677,55	
	10		(51 677,55)	(13 991,33)		906 894,26	(13 991,33)
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	11=6+7+8+9+10		140 215,31	2 020 472,44	1 403 748,62	855 216,71	4 419 653,08

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Resultados gerados	Ajustamentos / Outras alterações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	6	140 215,31	2 061 359,46	1 403 883,07	(12 741,63)	3 592 716,21	3 592 716,21
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	3,5 / 11,3		23 532,16		23 532,16	23 532,16
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	11,3	140 215,31	2 064 891,62	1 403 883,07	(12 741,63)	3 610 248,37
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					(51 677,55)	(51 677,55)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Subsídios, doações e legados				(10 897,08)		(10 897,08)	(10 897,08)
Distribuições				(12 741,63)		12 741,63	
	10		(12 741,63)	(10 897,08)		(36 936,92)	(10 897,08)
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	11=6+7+8+9+10		140 215,31	2 072 149,99	1 392 985,99	(51 677,55)	3 553 673,74



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Mêda

Demonstração individual dos fluxos de caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2024

valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes	+	2 375 557,79	2 168 999,61
Recebimentos de subsídios	+	5 063,12	85 689,35
Pagamentos a fornecedores	-	(871 595,53)	(832 784,54)
Pagamentos ao pessoal	-	(1 560 487,59)	(1 508 361,04)
Caixa gerada pelas operações	+/-	(51 462,21)	(86 456,62)
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	10 509,86	59 694,42
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	(40 952,35)	(26 762,20)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	(89 702,19)	(3 848,13)
Investimentos financeiros	-		(667,58)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+	1 112 588,41	144 818,40
Juros e rendimentos similares	+	3 750,00	
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	1 026 636,22	140 302,69
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações	+	2 077,56	1 405,21
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares	-		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	2 077,56	1 405,21
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	987 761,43	114 945,70
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	11.5 630 935,63	515 989,93
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	11.5 1 618 697,06	630 935,63



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the word 'Aperto' written vertically.

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

31 de dezembro de 2024

1. Identificação da Entidade

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MÊDA, é uma irmandade, Instituição Particular de Solidariedade inscrita no livro das Irmandades das Misericórdias sob o n. 60/82 fls 74 e 74 verso.

"A Santa Casa da Misericórdia de Meda, é uma Associação pública de fiéis constituída na ordem jurídica canónica, tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como instituição particular de solidariedade social inscrita no livro das Irmandades das Misericórdias sob o n.º 60/82 fls. 74 e 74 verso, e surge com o objetivo de satisfazer as carências sociais e praticar atos de culto católico, a sua fundação data de 20 de agosto de 1926. Tem uma história curta, com altos e baixos, como todas as histórias destas instituições, hoje é uma instituição com uma vida ativa e está muito florescente, estendendo a sua atividade a um lar de 3.ª idade, com capacidade de noventa utentes e resposta social de acamados, um Centro de Dia com Apoio Domiciliário e ainda a Atividade de Tempos Livres e sempre vocacionada e pronta a debruçar-se sobre toda e qualquer carência social. A sua constituição como associação e a aprovação dos primeiros estatutos datam de 29 de abril de 1929."

As atividades da Misericórdia de Mêda centram-se no apoio a pessoas idosas com e sem alojamento bem como a crianças do primeiro ciclo. A Misericórdia tem como fim primordial a solidariedade social e a ação social. Neste âmbito, são prosseguidos os seguintes objetivos:

→ **O apoio a idosos Centro de Apoio a Idosos**

Nesta resposta social são prestados serviços de Cuidados de saúde, higiene e bem-estar; Alimentação; Tratamento de roupas; Organização de atividades lúdico-recreativas; Serviços Religiosos.

→ **Lar -Fase 2**

Esta resposta social tem capacidade internamento 33 utentes idosos, 20 dos quais com acordo de cooperação com a Segurança Social. Os serviços prestados estão



relacionados com cuidados de saúde, higiene e bem-estar; Alimentação; Tratamento de roupas; Organização de atividades lúdico-recreativas; Serviços Religiosos.

→ **Centro de Dia**

Esta resposta social tem capacidade para 30 utentes idosas, 11 dos quais com acordo de cooperação com a Segurança Social. Os serviços prestados estão relacionados com a Alimentação; Organização de atividades lúdico-recreativas; Serviços Religiosos.

→ **Apoio Domiciliário**

Esta resposta social tem capacidade para 50 utentes, sendo que estão em Acordo de Cooperação apenas 36 utentes. Os serviços prestados são Alimentação; Higiene Pessoal; Higiene habitacional; Tratamento de roupas.

→ **Lar Nossa Senhora de Fátima**

Nesta resposta social existe uma capacidade de internamento de 40 utentes, sem qualquer acordo de cooperação com a Segurança Social. Os serviços prestados são: Cuidados de saúde, higiene e bem-estar; alimentação tratamento de roupas; organização de atividades lúdico-recreativas; serviços Religiosos.

→ **Atividade de Tempos Livres (ATL)**

Esta resposta social tem capacidade para 50 utentes, sendo que existe Acordo de Cooperação para 49 utentes. Serviços Prestados: Alimentação (Lanche); Acompanhamento nos trabalhos escolares; Organização de atividades lúdico-recreativas.

→ **Cantinas Sociais**

No âmbito de um modelo de inovação social que permitisse dar auxílio e respostas a situações de grave carência social, pretende-se garantir às pessoas e/ou famílias que mais necessitam, o acesso a refeições diárias gratuitas. Neste âmbito, existe uma capacidade para 16 utentes, todos com acordo de Cooperação.

→ **Outras atividades**

No âmbito da atividade são desenvolvidas atividades associadas ao CLDS, apoio à população carenciada e apoio de habitação social.



[Handwritten signatures in blue ink]

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras de 2024 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2015 de 9 de Março, o qual integra o sistema de normalização contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No referido decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por: Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF); Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho; Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 24 de julho; e NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho.

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições do sistema de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Não existem quaisquer contas que que não sejam comparáveis com as do ano anterior, nem foram efetuadas alterações às quantias relativas ao período anterior.



3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" (Notas 11.5) e "*Diferimentos*" (Nota 11.5).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'K. Coutinho' and 'N. Cabral']

devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta: a) a natureza da reclassificação; b) a quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e c) razão para a reclassificação.

3.2. Principais Políticas Contabilísticas

3.2.1. Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos Fixos Tangíveis



Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

No "Ativo fixo tangível" são também reconhecidas as "Propriedades de Investimento", que incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Marta' and other illegible marks.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "*Propriedades de investimento em desenvolvimento*" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "*Variação de valor das propriedades de investimento*", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados. As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

b) Bens do património histórico e cultural

Os "*Bens do património histórico e cultural*" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "*Variações nos fundos patrimoniais*"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do



ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

c) Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'N. 10']

d) Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

e) Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e



proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

f) Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado: Alterações no preço do bem locado; Alterações na taxa de câmbio; Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/ patrocinadores/doadores/associados/membros que se



[Handwritten signature in blue ink]

encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.



Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

g) Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

h) Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.



Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

i) Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:



- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. a) das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de *"Fornecimentos e Serviços Externos"*.

j) Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *"As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Acordo'.

- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2020 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.



3.2.2. Outras políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidências objetivas de imparidade, nomeadamente na qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.2.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

A Entidade considera que existem condições suficientes para assumir a continuidade da sua atividade com a continuação o apoio da Segurança Social, através dos acordos de cooperação, e da gestão rigorosa dos aspetos económicos e financeiros. Nota-se que a atividade está estável com um nível de utilização dos serviços perto dos 100% e com resultados económicos positivo, tal como resulta de um EBITDA positivo.

3.2.4. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.3. Alterações nas políticas contabilísticas:

indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.



[Handwritten signatures in blue ink]

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração, voluntária ou de outra natureza, em políticas contabilísticas.

3.4. Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

A Entidade utilizou totalmente o regime do acréscimo.

3.5. Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

A Entidade não procedeu a quaisquer alterações da apresentação da informação comparativa relativa ao período anterior.

3.6. Acontecimentos subsequentes.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço, ou seja, acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre as condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se foram considerados materialmente relevantes.

4. Ativos Fixos Tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Todas as classes de "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados, genericamente, ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

**b) Métodos de depreciação usados;**

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, sendo que o valor residual dos bens depreciables é nulo.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas;

Descrição	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50 anos
Edifícios e outras para a Saúde	20 anos
Equipamento básico	7 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	7 anos

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações; e

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Ativos fixos tangíveis						Totais	
		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis		
Em 01-01-2023	Quantias brutas escrituradas	332.538,84	149.988,53	5.522.082,32	1.050.308,72	103.646,17	81.914,72	24.478,90	7.204.168,20
	Depreciações acumuladas			(2.886.933,46)	(889.896,61)	(103.646,17)	(82.158,09)	(21.107,35)	(4.983.732,08)
	Perdas por imparidade acumuladas								
	Quantias líquidas escrituradas	332.538,84	149.988,53	2.635.148,86	160.412,11		1.341,37	9.371,55	2.220.280,12
Movimentos do período 2023	Adições			3.117,72					3.117,72
	Transferências			2.329,21	(2.355,91)		241,37	(208,87)	
	Adições			(91.170,36)	(50.051,94)			(353,58)	(141.575,88)
	Depreciações								
	Adições de depreciações								
	Quantias brutas escrituradas	332.538,84	149.988,53	5.527.523,25	1.047.953,11	103.646,17	82.158,09	24.289,93	7.208.075,92
	Depreciações acumuladas			(2.988.103,81)	(939.918,55)	(103.646,17)	(82.158,09)	(21.480,91)	(4.133.285,58)
	Perdas por imparidade acumuladas								
	Quantias líquidas escrituradas	332.538,84	149.988,53	2.539.419,44	108.034,56			2.808,92	3.074.792,26
Movimentos do período 2024	Adições				8.273,23	43.595,84			51.869,07
	Transferências								
	Adições								
	Depreciações								
	Adições de depreciações								
	Outras			(91.208,38)	(50.428,58)	(5.449,48)		(678,40)	(147.764,84)
	Depreciações acumuladas			(85.231,59)	83.343,81		1.246,84	640,94	(1.611,00)
	Perdas por imparidade acumuladas								
	Quantias brutas escrituradas	329.789,41	149.988,53	5.527.523,25	1.054.226,34	147.242,01	82.158,09	24.289,93	7.355.193,56
	Depreciações acumuladas			(3.184.544,78)	(907.004,32)	(109.085,65)	(80.908,25)	(21.488,37)	(4.281.952,37)
	Perdas por imparidade acumuladas								
	Quantias líquidas escrituradas	329.789,41	149.988,53	2.342.978,47	147.222,02	38.156,36	1.246,84	2.801,56	3.073.241,49

e) Quantia e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural.

A entidade não possui qualquer bem do património histórico, artístico e cultural.



[Handwritten signature in blue ink]

4.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

- a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos; e
- b) Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis
A entidade não possui qualquer bem com restrições de titularidade dados em garantia nem sujeitos a qualquer tipo de compromisso.

4.3. Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:

- a) A data de eficácia da revalorização;
- b) Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização;
- c) Movimentos ocorridos no excedente de revalorização durante o período, com uma explicação do tratamento fiscal dos elementos nele contidos; e
- d) A quantia escriturada no balanço que teria sido reconhecida se os ativos fixos tangíveis não tivessem sido revalorizados.

A entidade não possui qualquer bem do ativo fixo sujeito a revalorizações

5. Ativos Intangíveis

5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

- a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida;
- b) Explicação das situações excecionais em que se justifique a não utilização do prazo máximo de 10 anos para a amortização dos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas; e
- c) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições,



os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos intangíveis com vida útil finita		Ativos intangíveis		Totais
		Programas de computador		
		Outros		
Em 01.01.2023	Quantias brutas escrituradas	4 538,05	4 538,05	4 538,05
	Amortizações acumuladas	(4 538,05)	(4 538,05)	(4 538,05)
	Perdas por imparidade acumuladas			
	Quantias líquidas escrituradas			
Em 31.12.2023	Quantias brutas escrituradas	4 538,05	4 538,05	4 538,05
	Amortizações acumuladas	(4 538,05)	(4 538,05)	(4 538,05)
	Perdas por imparidade acumuladas			
	Quantias líquidas escrituradas			
Em 31.12.2024	Quantias brutas escrituradas	4 538,05	4 538,05	4 538,05
	Amortizações acumuladas	(4 538,05)	(4 538,05)	(4 538,05)
	Perdas por imparidade acumuladas			
	Quantias líquidas escrituradas			

5.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

- Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos intangíveis que sejam dados como garantia de passivos; e
- Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis.

Inexistência de qualquer situação a relatar.

6. Custos de Empréstimos Obtidos

6.1. Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período, discriminada por naturezas de ativos que se qualificam.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Note-se que a Entidade não tem qualquer financiamento bancário.



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

7. Inventários

7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada.

7.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.

7.3. Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica “*Inventários*” apresentava valores na tabela abaixo, sendo de referir que os valores da rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” se desdobram (em 2024) da seguinte forma:

- Géneros alimentares: 13 631,94€
- Absorventes Geriátricos: 0,00 €
- Produtos de Higiene Corporal: 11 635.33€
- Produtos de Higiene Geral: 0,00 €
- Produtos de Enfermagem: 0,00 €

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários	Mercadorias e matérias de consumo			Inventários de produção				Totais
	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Subtotais	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos dos perdas, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Subtotais	
31.12.2024	Inventários armazenados na entidade	25 267,27	25 267,27					25 267,27
	Perdas por imparidade							
		25 267,27	25 267,27					25 267,27
31.12.2023	Inventários armazenados na entidade	34 267,02	34 267,02					34 267,02
	Perdas por imparidade							
		34 267,02	34 267,02					34 267,02

O quadro abaixo, demonstra o desdobramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:



(valores expressos em euros)

Quantias reconhecidas como gastos durante o período com relação as mercadorias e às matérias de consumo			Período 2024			Período 2023		
			Mercadorias	Materias-primas subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Materias-primas subsidiárias e de consumo	Totais
Demonstração no curto das	Inventários no começo do período	+		34 267,02	34 267,02		22 744,90	22 744,90
	Compras	+		474 334,30	474 334,30		470 061,67	470 061,67
	Inventários no fim do período	-		25 267,27	25 267,27		34 267,02	34 267,02
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		=		483 334,05	483 334,05		458 539,55	458 539,55
Totais		=		483 334,05	483 334,05		458 539,55	458 539,55

8. Rendimentos e Gastos

8.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

O reconhecimento do rédito (e respetivos gastos) de uma transação são efetuados em função da fase de acabamento, ou seja, através do método da percentagem de acabamento, conforme disposto no parágrafo 20 da NCRF 20. Os procedimentos de reconhecimento do rédito das prestações de serviços pelo método da percentagem de acabamento apenas devem ser aplicados quando entre a data em que a atividade do trabalho é iniciada e a data em que a atividade é concluída ocorram em períodos contabilísticos diferentes, ou seja, quando sejam trabalhos plurianuais.

8.2. Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excepcionais.

Inexistência de rendimentos excepcionais

8.3. Rédito

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:



Handwritten signature and date: 9^{ma}

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2024			Período 2023		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Prestação de serviços	2 282 494,01	93,73%	7,67%	2 119 967,39	94,42%	89,53%
Juros	3 750,00	0,15%				
Rendas	148 952,38	6,12%	18,81%	125 368,96	5,58%	8,42%
Royalties						
Dividendos						
Totais	2 435 196,39	100,00%	8,46%	2 245 336,35	100,00%	81,93%

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

9.1. Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões.

9.2. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.

9.3. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de ativos contingentes à data do balanço, cujo influxo de benefícios económicos é provável.

9.4. Indicação do valor dos Fundos Permanentes por modalidade associativa das Mutualidades e do património líquido que lhes está afeto, bem como do respetivo grau de cobertura face às Provisões matemáticas necessárias.

Não foram consideradas quaisquer provisões, passivos contingentes ou ativos contingentes.



10. Subsídios e outros apoios das Entidades Públicas

10.1.Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.

10.2.Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades.

10.3.Principais doadores

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

(valores expressos em euros) 2 024

Relação dos subsídios obtidos		Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas			
		Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total	
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Veículo Elétrico	PRR	Segurança Social	Aquisição de veículo	Permanente		17 327,77	7 426,19	24 753,96	
								17 327,77	7 426,19	24 753,96	
	Subsídios relacionados com rendimento %	CLDS	Projeto	CLDS	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-24	31-dez-24			
		IEFP	Projeto	IEFP	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-24	31-dez-24	4 140,70	7 699,94	11 840,64
		Município da Mêda	Projeto	Município Mêda	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-24	31-dez-24	5 000,00		5 000,00
PAC-PO APMO 2015	Projeto	Município Mêda	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-24	31-dez-24	3 750,50		3 750,50		
							12 891,20	7 699,94	20 591,14		
Reembolsáveis											
Totais							30 218,97	15 126,13	45 345,10		

(valores expressos em euros) 2 023

Relação dos subsídios obtidos		Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas			
		Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total	
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Veículo Elétrico	PRR	Segurança Social	Aquisição de veículo	Permanente	1-out-21	30-set-23	7 426,19	7 426,19	
									7 426,19	7 426,19	
	Subsídios relacionados com rendimento %	CLDS	Projeto	CLDS	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-23	31-dez-23	115 174,44	115 174,44	
		IEFP	Projeto	IEFP	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-23	31-dez-23	20 734,36	3 413,13	24 147,49
		Município da Mêda	Projeto	Município Mêda	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-23	31-dez-23	5 000,00		5 000,00
PAC-PO APMO 2018	Projeto	Município Mêda	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-23	31-dez-23	5 243,02		5 243,02		
							146 151,82	3 413,13	149 564,95		
Reembolsáveis											
Totais							146 151,82	10 829,32	156 981,14		



Handwritten signature and initials in blue ink.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço		Período 2024					Período 2023				
		Demonstração dos resultados		Balanço			Demonstração dos resultados		Balanço		
		Reconhecidas como subsídios a exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais disponíveis no balanço	Como rendimentos a reconhecer	Como passivos a reconhecer	Reconhecidas como subsídios a exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais disponíveis no balanço	Como rendimentos a reconhecer	Como passivos a reconhecer
Subsídios relacionados com ativos	Fundo Rainha D. Leonor	10 897,08	223 720,44			10 897,08	234 617,52				
	Vehículo Elétrico	3 094,25			24 753,96				24 753,96		
		13 991,33	223 720,44		24 753,96		10 897,08	234 617,52	24 753,96		
	Subsídios relacionados com rendimentos	CLDS/POISE						115 174,44			
		IEFP	4 140,70					20 734,36			
Município de Méda		5 000,00					5 000,00				
PAÇ. PO. ARMO/2018		3 750,50					5 243,02				
	12 891,20						146 151,82				
Receitas livres											
Totais		26 982,53	223 720,44		24 753,96	157 045,90	234 617,52		24 753,96		

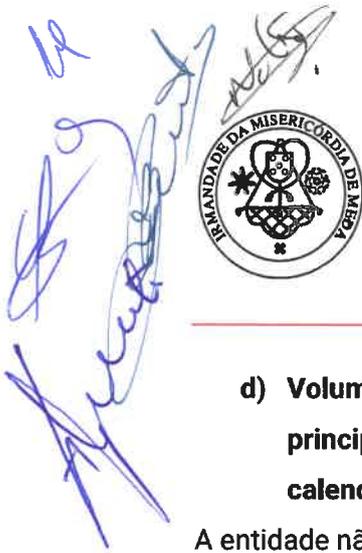
11. Instrumentos Financeiros

11.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

As bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, são apresentadas no ponto 3.2.1. f) deste Anexo.

11.2. Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

- Cotação de mercado (instrumentos com fácil identificação de mercado líquido e regulamentado);
- Principais pressupostos subjacentes aos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites, utilizados para a mensuração dos instrumentos financeiros relativamente aos quais não é facilmente identificável um mercado líquido e regulamentado;
- Justo valor, alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração de resultados e alterações de justo valor inscritas nos fundos patrimoniais, para cada categoria de instrumentos financeiros; e



- d) **Volume e natureza de cada categoria de instrumentos financeiros derivados, principais modalidades, e condições que possam afetar o montante, o calendário e o grau de certeza dos fluxos de caixa futuros.**

A entidade não possui instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

11.3. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

(valores expressos em euros)

Fundos Patrimoniais	Saldo em 1-jan-2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2024
Fundos	140 215,31			140 215,31			140 215,31
Excedentes Técnicos							
Reservas							
Resultados transitados	2 061 359,46	23 532,16	12 741,63	2 072 149,99		51 677,55	2 020 472,44
Excedentes de Reavaliação							
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 403 883,07		10 897,08	1 392 985,99	24 753,96	13 991,33	1 403 748,62
Resultado Líquido do Período	(12 741,63)	12 741,63	51 677,55	(51 677,55)	906 894,26		855 216,71
	3 592 716,21	36 273,79	75 316,26	3 553 673,74	931 648,22	65 668,88	4 419 653,08

11.4. Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.

A entidade não deu em garantia, penhor ou promessa de penhor qualquer ativo financeiro.

11.5. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

- Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos; e
- Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade, e indicação da natureza e da forma dessas garantias.

Nos períodos de 2024 e 2023, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em euros)

Investimentos Financeiros	Período 2024	Período 2023
Fundo de Compensação do trabalho	18 367,76	18 367,76
...		
	18 367,76	18 367,76

Nos períodos de 2024 e 2023, a Entidade detinha os seguintes "Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo":

(valores expressos em euros)

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo menos qualquer perda por imparidade		2024			Período 2023		
		Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Ativos financeiros	Creditos a receber	284 684,45	(185 239,83)	99 444,62	277 841,62	(175 414,19)	102 427,43
	Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	37,00		37,00	1 705,00		1 705,00
	Estado e outros entes públicos	5 165,57		5 165,57	5 200,54		5 200,54
	Outros ativos correntes	20 271,29		20 271,29	79 516,08		79 516,08
		310 158,31	(185 239,83)	124 918,48	364 263,24	(175 414,19)	188 849,05
Passivos financeiros	Fornecedores	104 743,86		104 743,86	87 067,09		87 067,09
	Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros						
	Estado e outros entes públicos	33 622,11		33 622,11	32 781,84		32 781,84
	Outros passivos correntes	303 739,36		303 739,36	279 026,92		279 026,92
	442 105,33		442 105,33	398 875,85		398 875,85	

No que se refere ao "Estado e outros entes públicos" é apresentada a seguinte discriminação dos valores da tabela abaixo:

(valores expressos em euros)

Estado e Outros Entes Públicos	Período 2024			Período 2023		
	Débito	Crédito		Débito	Crédito	
IRS - Retenções na fonte		4 834,99	(4 834,99)		4 871,94	(4 871,94)
IVA	5 165,57		5 165,57	5 200,54		5 200,54
Segurança Social		28 787,12	(28 787,12)		27 909,90	(27 909,90)
Outras Divas AT						
	5 165,57	33 622,11	(28 456,54)	5 200,54	32 781,84	(27 581,30)



No que se refere aos “Outros ativos correntes” é apresentada a seguinte discriminação dos valores da tabela abaixo:

(valores expressos em euros)

Outros ativos correntes	Período 2024	Período 2023
Pessoal		
Outros devedores	20 271,29	79 122,25
Saldos devedores de fornecedores	334,04	393,83
Acréscimo de Rendimentos		
	20 605,33	79 516,08

No que se refere aos “Outros passivos correntes” é apresentada a seguinte discriminação dos valores da tabela abaixo:

(valores expressos em euros)

Outros passivos correntes	Período 2024	Período 2023
Remunerações a pagar	352,51	
Fornecedores de investimento	348,39	2 973,30
Credores por acréscimos de gastos	240 703,22	232 623,57
Outros devedores e credores	61 788,92	43 055,73
Adiantamentos de clientes	528,32	374,32
Clientes saldos credores	18,00	
	303 739,36	279 026,92

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:



Handwritten signature and initials in blue ink.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em euros)

Diferimentos	Período 2024	Período 2023
Ativo		
Seguros Automovel	1 341,05	1 363,73
Seguros Multiriscos Riscos	4 600,70	4 172,91
Seguros Acidenes pessoais	984,50	478,83
Contrato Assistência F3M	1 855,74	1 646,66
Seguro Acidentes de Trabalho	12 779,06	10 250,18
Outros	323,20	292,91
	21 884,25	18 205,22
Passivo		
Acordos de Cooperação Seguranças Social		23 699,84
IEFP	7 333,28	474,06
POISE CLDS		
Petrogal		11 000,00
PRR - Aquisição veiculo elétrico		24 753,96
Rendas	12 478,00	10 937,62
PAC-PO AMPC/2018		
	19 811,28	70 865,48

A Entidade não detinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, investimentos em *outros ativos financeiros*.

A rubrica de "*Caixa e Depósitos Bancários*", a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

(valores expressos em euros)

Caixa e Depósitos Bancários	Período 2024	Período 2023
Caixa	1 500,00	1 676,00
Depósitos à Ordem	517 197,06	629 259,63
Depósitos a prazo	1 100 000,00	
	1 618 697,06	630 935,63



11.6. Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.

Os ajustamentos, nomeadamente os relativos a imparidades, são apresentados no ponto 11.5 deste Anexo.

11.7. Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- a) Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;
- b) Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;
- c) Outros créditos;
- d) Fundos subscritos e não realizados;
- e) Diferimentos.

A Entidade não reconheceu, nos períodos em análise, dívidas a receber cuja duração seja superior a um ano.

11.8. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- a) Empréstimos por obrigações;
- b) Dívidas a instituições de crédito;
- c) Adiantamentos recebidos sobre encomendas;
- d) Dívidas por compras e prestações de serviço;
- e) Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;
- f) Dívidas a entidades subsidiárias e associadas;
- g) Outras dívidas;
- h) Diferimentos.

A Entidade não apresenta dívidas com maturidade superior a um ano e apresentadas no passivo não corrente.



Handwritten signature and initials in blue ink.

12. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2023, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

(valores expressos em euros)

Subsídios e Doações	Período 2024	Período 2023
Doações	2 077,56	1 405,21
Ativo Fixo Tangível		
Donativos particulares e empresas	2 077,56	1 405,21
Subsídios ao Investimento	13 991,33	10 897,08
Imputação a rendimento	13 991,33	10 897,08
Subsídios à exploração	12 891,40	146 151,82
Subsídios – Instituto Solidariedade e Segurança Social		
POPH		115 174,44
IEFP	4 140,70	20 734,36
COVID-19		
PAC-PO APMC/2018	3 750,70	5 243,02
Município da Mêda	5 000,00	5 000,00
IAPMEI	3 750,70	
	26 882,73	157 048,90

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

13. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e Serviços Externos	Período 2024	Período 2023
Trabalhos especializados	67 691,25	40 134,76
Honorários	36 649,32	41 702,52
Conservação e reparação	65 372,57	89 816,32
Serviços bancários	1 750,59	1 754,29
Ferramentas e utens. desgaste rápido	14 888,83	13 710,89
Material de escritório	550,38	3 117,21
Artigos para oferta	5 206,95	1 478,80
Restantes Materiais	53,58	0,00
Electricidade	55 969,65	38 140,31
Combustíveis	101 117,68	92 949,22
Água	17 244,08	17 395,39
Deslocações e estadas	1 197,98	1 931,34
Rendas e alugueres	1 391,79	915,33
Comunicação	6 575,55	7 191,14
Seguros	11 685,56	10 982,67
Contencioso e notariado	9 215,25	745,19
Limpeza, higiene e conforto	4 608,53	14 907,18
Outros serviços	7 525,83	3 302,10
	408 695,37	380 174,66

14. Outros rendimentos e Outros gastos

14.1. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

(valores expressos em euros)

Outros Rendimentos e Ganhos	Período 2024	Período 2023
Rendimentos suplementares	57 721,75	62 249,22
Ganhos em inventários		1 292,44
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1 106 281,55	125 368,96
Outros	17 452,59	15 339,26
	1 181 455,89	204 249,88



WLS
B 99
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

14.2. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

(valores expressos em euros)

Outros Gastos e Perdas	Período 2024	Período 2023
Impostos	1 920,93	1 991,93
Outros	3 523,22	6 633,44
	5 444,15	8 625,37

15. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

(valores expressos em euros)

Resultados Financeiros	Período 2024	Período 2023
Juros e rendimentos similares obtidos	3 750,00	
Juros obtidos	3 750,00	
Outros rendimentos similares		
Juros e gastos similares suportados	2,69	
Juros suportados	2,69	
Custas e Taxas		
Outros gastos e perdas de financiamento		
	3 747,31	

16. Benefícios dos empregados

16.1. Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

16.2. Compromissos existentes em matéria de pensões.

16.3. Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:



- a) Quantias dos adiantamentos e dos créditos concedidos, taxas de juro, principais condições e quantias reembolsadas, amortizadas ou objeto de renúncia;
- b) Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, e quantia global para cada categoria; e
- c) Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade é o apresentado no quadro seguinte:

Colaboradores durante o período	Período 2024		Período 2023	
	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período
Membros dos órgãos diretivos	5	5	5	5
Empregados	106	101	106	101
Cooperantes				
Voluntários				

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Gastos com os funcionários	Período 2024	Período 2023
Remunerações ao Pessoal	1 292 795,14	1 252 861,54
Encargos sobre remunerações	263 735,12	253 409,61
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	15 793,15	18 648,01
Outros gastos com o pessoal	60,00	1 567,82
Totais	1 572 383,41	1 526 486,98



Handwritten signatures and initials in blue ink.

17. Acontecimentos após data de Balanço

17.1. Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

De 31 de dezembro de 2023 até à data de emissão este relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da instituição.

18. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

18.1. Quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período.

A Entidade não efetuou qualquer dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido em gastos.

18.2. Outras divulgações

Nos termos da legislação, em 31 de dezembro de 2023, a Entidade não apresentava dívidas ao Estado em mora.

Dando cumprimento à legislação, informa-se que, em 31 de dezembro de 2023, a Entidade não tinha dívidas em mora à Segurança Social.

À data de elaboração do presente Anexo a Entidade tinha a situação tributária regularizada perante a Administração Tributária e Aduaneira e perante a Segurança Social.

19. Outras divulgações

19.1. Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:

- a) **Quantias dessas operações e natureza da relação com a parte relacionada; e**
- b) **Outras informações sobre as operações necessárias para apreciar a posição financeira da entidade (divulgação limitada às operações contratadas com fundadores/patrocinadores/ doadores/associados/membros e com membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão da entidade).**



19.2. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

Não existem entidades relacionadas nem outras divulgações relevantes a efetuar que permitam melhorar a compreensão da posição financeira e dos resultados da Entidade. A atividade desenvolvida no exercício de 2023 refletiu os efeitos da guerra entre Ucrânia e Rússia, nomeadamente com o aumento dos preços da energia e dos produtos em geral. O seu impacto na atividade operacional refletiu-se no aumento dos custos da atividade.

De notar que, tendo em conta a atividade desenvolvida em prol dos utentes, é expectável que o nível de atividade permaneça em virtude da necessidade dos utentes, ou até aumente.

A Misericórdia tem procurado acompanhar, antecipar e mitigar os impactos da pandemia COVID19, da guerra Rússia-Ucrânia, e do conflito em Israel e Gaza, tanto na vertente sanitária como económico-financeira, nas diversas respostas sociais desenvolvidas.

Simultaneamente, a Misericórdia aderiu a diversos apoios do IEFP na contratação de funcionários e a outros apoios como forma de melhorar a sua situação financeira e económica. A Misericórdia evidencia, atualmente, uma sólida geração de *cash-flow* e uma posição financeira reforçada, sendo convicção da Mesa Administrativa, que face à sua situação financeira e de liquidez, ultrapassará os impactos negativos destas crises, sem que esteja em causa o princípio da continuidade, aplicado na preparação das presentes demonstrações financeiras. Também os fundos patrimoniais evidenciam já uma situação patrimonial bastante positiva.

A Misericórdia apresenta um plano de continuidade assente na sua atividade operacional junto dos utentes e que está protocolada como a Segurança Social, bem como nos planos de investimento e de candidaturas a apoios financeiros ao investimento.

Os planos que têm vindo a ser programados procuram assegurar a capacidade de cumprimento de todos os deveres legais e regulatórios, nomeadamente de reporte de informação e de salvaguarda dos direitos dos utentes.



Mêda, 14 de março de 2025

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Maria Isabel Rodrigues Breia de Sousa

Luís Filipe Branco Lopes

Carlos Bruno Brígida Fial Pereira

António João do Nascimento

António José Borges Prata



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições estatutárias, vimos, no exercício das nossas competências, apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora que efetuámos e dar o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Mêda (doravante designada Instituição), relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Acompanhámos o desenvolvimento da atividade da Instituição, procedendo à verificação dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo sempre obtido da Mesa Administrativa, os esclarecimentos, as informações e os documentos solicitados.

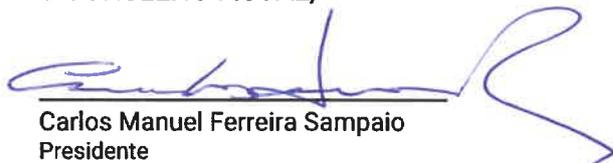
Verificámos que as demonstrações financeiras, incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas, foram corretamente elaboradas e contabilizadas, tendo como base o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo.

Analisámos, também, o relatório da Mesa Administrativa, que relata os aspetos mais significativos das atividades e ações que foram desenvolvidas pela Instituição.

Face ao exposto, concluímos que o Relatório de Gestão, a Demonstração de Resultados, o Balanço e restantes mapas financeiros exprimem de forma correta e verdadeira a situação patrimonial da Instituição, pelo que damos o nosso parecer favorável aos respetivos documentos.

Mêda, 14 de março de 2025

O CONSELHO FISCAL,


Carlos Manuel Ferreira Sampaio
Presidente


Cristina Sofia Ferreira Coelho Sequeira
Vogal


Álvaro Jorge Ribeiro Ferráz
Vogal